

O MOVIMENTO DE CANUDOS NO ENSINO DE HISTÓRIA

ALVES, Doralice Dias¹

¹ Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Acadêmica do Curso de História pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), Especialista em História do Brasil pela União Metropolitana de Educação e Cultura (UNIME).

INTRODUÇÃO

Este artigo reúne os resultados das investigações realizadas nos livros didáticos de História, adotados pelos professores do Educandário Pestalozzi, no município de Coaraci- Bahia, ao longo da década de 90 e na década atual. Assim, motivou-nos a questionar sobre o espaço dedicado a Canudos nos livros didáticos, sempre apresentando a hegemonia da explicação euclidiana e convertendo-se em embate ideológico nas distintas interpretações históricas.

Os métodos utilizados para a elaboração deste trabalho constituíram-se da escolha do tema, seleção dos livros e posterior escolha dos conteúdos a serem analisados. Os últimos passos foram: a construção do texto escrito, revisão e, por fim, a digitação deste. Como suporte teórico-crítico, três textos foram fundamentais: “Canudos: uma construção oligárquica” de Denise dos Santos Poncio; “Antônio Conselheiro: a fronteira entre a civilização e a barbárie” de Rogério Souza Silva e “O saber histórico na sala de aula”, de Circe Bittencourt.

Este artigo foi dividido em três partes. A primeira, intitulada “DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO”, irá tratar das mudanças ocorridas no ensino de História ao longo dos anos, da escolha do livro didático, da implantação dos PCNs e do papel do professor como mediador.

Na segunda, “VISÃO GERAL DO EPISÓDIO DE CANUDOS”, será analisada a maneira como o tema “Canudos” é abordado pelos autores em diferentes edições, o espaço que ocupa na distribuição dos conteúdos, a imagem construída sobre Conselheiro e os antecedentes que favoreceram a formação do arraial no sertão baiano.

Na terceira e última parte, “COMPARAÇÃO COM PESQUISAS RECENTES”, pretendemos efetivar uma reflexão acerca das produções historiográficas dos últimos anos, a fim de confrontar com as produções didáticas. Dessa forma, será possível estabelecer um paralelo entre os pontos de vista dos autores dos livros didáticos com os dos historiadores. Nosso intuito é observar se o livro didático está de acordo

com a nova historiografia ou continua passando uma visão preconceituosa e estereotipada, típica da visão euclidiana.

I – DISCUSSÃO SOBRE O ENSINO DE HISTÓRIA E O LIVRO DIDÁTICO

Alvos de críticas, os livros didáticos são segundo especialistas, o maior e mais democrático instrumento pedagógico. Mas, nem mesmo eles estão a salvo de erros, seja quando da sua elaboração pelos autores, seja no momento da escolha por comissões do MEC.

As fontes bibliográficas em que nos baseamos para analisar e compreender a temática refletem as preocupações e as dúvidas dos professores de História. Maria Laura Franco nos alerta para a necessidade de uma maior atenção, pois “mais do que uma escolha, o professor deve pleitear livros didáticos que signifiquem um real crescimento para o aluno, ou seja, que ofereçam ao aluno oportunidade de conceber a realidade de forma crítica”. (FRANCO, 1996, p. 25).

Dentro desta linha de concepção, Bittencourt (2001, p. 71) adverte:

O livro didático é, antes de tudo, uma *mercadoria*, um produto do mundo da edição que obedece à evolução das técnicas de fabricação e comercialização pertencentes à lógica do mercado. Como mercadoria ele sofre interferências variadas em seu processo de fabricação e comercialização. Em sua construção interferem vários personagens, iniciando pela figura do editor, passando pelo autor e pelos técnicos especializados dos processos gráficos, como programadores visuais, ilustradores.

Questionamos, então: Os livros têm incorporado nos seus índices novos assuntos, temas e questões que estavam em pauta de discussão nos PCNs ou as produções didáticas continuam reproduzindo o conteúdo prescrito de maneiras variadas, trazendo os fatos distorcidos e demonstrando as diferentes formas com que os autores e editores se apropriam das versões oficiais?

Em seu artigo, *Livros didáticos entre textos e imagens*, Bittencourt (2001, p.71) nos esclarece em relação a este questionamento:

O livro didático é um importante *veículo portador de um sistema de valores, de uma ideologia, de uma cultura*. Várias pesquisas demonstraram como textos e ilustrações de obras didáticas transmitem estereótipos e valores dos grupos dominantes, generalizando temas, como família, criança, etnia, de acordo com os preceitos da sociedade branca burguesa.

A própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.304/96) alerta para essa realidade e permite que as diversas formas de organização do ensino fundamental considerem as necessidades inerentes de cada sistema de ensino e de cada escola em particular. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1997, p. 33), afirmam:

Considera-se, então, que o ensino de História envolve relações e compromissos históricos, de caráter científico com reflexões que se processam no nível pedagógico e com a construção de uma identidade social pelo estudante, relacionadas às complexidades inerentes à realidade com que vive.

De qualquer modo, o professor é o responsável pela criação de trocas e estímulos na construção de relações entre o estudado e o vivido e, acima de tudo, pela criação de situações-problemas para que o aluno construa novos significados a partir de dados e informações da escola e de fora dela.

II - VISÃO GERAL DO EPISÓDIO DE CANUDOS

A análise dos dados coletados foi obtida por meio do processo de cruzamento das informações, comparação e interpretação dos textos, a fim de identificar as mudanças e permanências ocorridas nas edições publicadas ao longo da década de 1990 e na atual década.

A escolha dos livros representou à primeira vista um desafio, pois dentre os vários volumes procurou-se privilegiar diferentes edições de um mesmo autor e também edições antigas e recentes em contextos históricos diversificados. São estes: SILVA, Francisco de Assis. **HISTÓRIA DO BRASIL: Colônia – Império - República**. São Paulo: Moderna, 1992. - DO CARMO, Sonia Irene; COUTO, Eliane. **História, passado e presente: Brasil Império e República**. 2. ed. São Paulo: Atual, 1994. - COSTA, Luis César Amad; MELLO, Leonel Itaussu A. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997. - ARRUDA, José Jobson de A.; PILETTI, Nelson. **Toda a História. História Geral e História do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Ática, 1998. - CAMPOS, Flávio de. **Oficina de História. História do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1999. - SILVA, Francisco de Assis. **História. Século XX: a caminho do terceiro milênio**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2001. - PILETTI, Nelson & PILETTI, Claudino. **História & vida integrada**. São Paulo: Ática, 2002. - PILETTI, Nelson; PILETTI, Claudino. **História e vida. Brasil: do Primeiro Reinado aos dias de hoje**. Vol. 2. Nova ed. ref. e at. 23. ed.

São Paulo: Ática, 2004. - VICENTINO, Cláudio. **Viver a História**. São Paulo: Scipione, 2003. - MELANI, Maria Raquel Apolinário. **Projeto Araribá: História**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2006.

Em alguns textos, da década de 90, Canudos é apresentado como um movimento de contestação social de caráter messiânico. Já em outros, seus seguidores são vistos como vítimas da miséria nordestina, os quais não apresentavam mais nenhuma perspectiva de vida decente, por isso, se reuniam em torno de uma liderança religiosa ou de grupos de cangaços e jagunços como uma fuga da realidade, uma válvula de escape, pois além de sofrer com a seca, o sertanejo era abandonado à própria sorte pelo governo central.

Importante ressaltar que o Nordeste perdeu a liderança econômica para o Sudeste e nesse período, os intelectuais influenciados pela visão elitista da classe dominante condenavam, em artigos publicados nos jornais, os seguidores de Conselheiro como fanáticos e subversivos. “Para poder contar com o apoio popular, todas as notícias transmitidas às outras cidades e regiões do país, sobre o movimento de Canudos, eram tendenciosas e de acordo com os interesses dos latifundiários” (BARROS, 2005, p. 16).

Dentro desta linha de concepção, Poncio (2005, p. 28), adverte que:

A historiografia tradicional gerou uma vertente bem acolhida no seio das nossas elites acadêmicas e letradas. De algum modo, essa tradição perdura até hoje, inclusive nos livros didáticos, com uma história nitidamente factual. Essa historiografia é suficientemente divulgada e conhecida, pois está na base da principal produção de nossos manuais de história, em todos os seguimentos.

Pudemos observar que as imagens, de maneira geral, são utilizadas apenas para ilustrar os textos, algumas trazem uma simples legenda e muitas não indicam a fonte. Ocupam, muitas vezes, um espaço maior que o texto escrito, mas não são exploradas de forma crítica nem reflexiva, com exceção do texto de PILETTI e PILETTI, cuja mudança mais significativa em relação à edição de 2002 foi quanto ao uso das imagens utilizadas como texto imagético e exploradas de forma contextualizada.

Paes (2007, p. 45), discutindo a problemática da imagem no livro didático, chama a atenção para o fato de que:

É extremamente importante que os estudantes entrem em contato com as imagens e que as leiam não como ilustração, mas como documento. Isso certamente não pode excluir outro procedimento da leitura, que é o de levar em conta as condições de produção, resgatando a imagem em sua inserção social, examinando quem é o autor, quais as suas vinculações institucionais e em que condições sociais a produziu. Engana-se quem procurar interpretar imagens simplesmente a partir de uma expressão técnica e individual, pois as

imagens corporificam concepções culturais coletivas. Assim como na leitura do texto escrito, há uma leitura interpretativa da imagem na qual surgem possibilidades individuais de criação de significados.

Entendemos, assim, que não se deve pegar uma imagem e simplesmente pensar que o autor mostra, de fato, o que então ocorreu. Deve-se analisar o período em que foi criada, a formação do autor, suas vinculações institucionais, suas ligações com artistas e intelectuais da época, suas preocupações político-ideológicas e, relacionar outros acontecimentos contemporâneos à imagem ou à obra em questão.

Atualmente, vários estudos e pesquisas acadêmicas realizadas têm contribuído para tirar Canudos da barbárie e inserir o movimento, revestido de um indiscutível caráter revolucionário, no panorama social em que os sertanejos se encontravam em decorrência das novas relações de trabalho no campo e do cenário político. Comparar os textos didáticos a pesquisas recentes é o objeto de estudo que permeia a terceira parte deste trabalho.

III - COMPARAÇÃO COM PESQUISAS RECENTES

Através da pesquisa, foi possível perceber que nos livros didáticos de História permanece uma visão tradicionalista da Historiografia visto que, os autores ainda retratam Canudos como um movimento de caráter subversivo que incomodava as autoridades, cujo líder era louco, fanático, contra a República e a favor da Monarquia.

No final do século XIX e início do XX, o reflexo da influência das notícias da imprensa era perceptível em todas as regiões, e o seu papel foi fundamental para disseminar a idéia de que a destruição de Canudos era uma questão de honra nacional e militar. A imprensa cumpria o seu papel na defesa do regime e com o apoio da opinião pública, o governo se sentia seguro para efetivar o massacre.

Levine (1995, p. 53) mostra como o poder da imprensa foi determinante para a disseminação da idéia de que a comunidade de Canudos deveria ser destruída, pois era uma ameaça ao que a República modernizadora representava.

A imprensa foi inundada por todo tipo de notícias referentes a Canudos, era notória a existência de um fascínio geral pelas histórias de “fanáticos religiosos” ensandecidos. O conflito invadia não apenas editoriais e colunas, mas também crônicas e histórias humorísticas. Pela primeira vez os jornais brasileiros estavam sendo usados com o fito de criar um pânico generalizado. Notícias sobre Canudos apareciam diariamente, e quase sempre na primeira

página; efetivamente, esse foi o primeiro acontecimento a ter cobertura diária na imprensa brasileira. Mais de uma dúzia de grandes jornais enviaram correspondentes à frente de combate, tendo também colunas diárias para informar os acontecimentos.

Ainda nessa perspectiva, a obra de Flávio Simões Costa também representa um significativo esforço para se entender melhor o que foi a Guerra de Canudos. Discutindo a problemática, Costa (1998, p. 90/ 91), chama a atenção para o fato de que:

No contexto sociocultural de Canudos os antecedentes históricos, suas causas, o drama dos sertanejos e a história de seus figurantes, devem ser analisados, necessariamente, levando-se em conta o cenário temporal da instalação da República permeado de agitação política, de frágil equilíbrio, politicagem e luta pelo poder. É dentro desse contexto, nunca é demais lembrar, que surge e cresce a lenda de Canudos como reduto monarquista, e ameaça contra-revolucionária. A guerra que se instala é tida como uma luta contra a restauração da monarquia, principalmente após o fracasso da expedição militar Moreira Cezar, e tal estado de ânimo é estimulado, incentivado, por rumores sensacionalistas que a imprensa da época difundia.

“A historiografia sobre Conselheiro, principalmente a de tendência marxista, sempre procurou ver, em sua peregrinação, um ato de inconformismo com as injustiças da sociedade na qual estava inserido” (SILVA, 2001, p. 47).

Enquanto alguns autores de livros didáticos afirmam que Conselheiro pretendia fundar um Estado dentro do Estado, Silva (2001, p. 49), nos alerta:

Um certo inconformismo, que esteve presente em suas ações, não significou, necessariamente, uma tentativa de mudar o estado de coisas da sociedade, como por exemplo, mediante de uma inversão das hierarquias e da ordem social existentes nesse mundo. Ao mesmo tempo, suas motivações não estavam relacionadas apenas a questões de ordem religiosa.

Nos livros pesquisados Canudos aparece como uma comunidade homogênea, autônoma, de mais de 20 mil habitantes, onde todos viviam harmoniosamente, dividiam as colheitas e não havia conflitos entre si. Sendo assim, é preciso refletir sobre as construções discursivas que foram criadas em torno de sua população, pois Davis Ribeiro de Sena² (2000, p. 141) argumenta que:

O arraial não possuía 5.200 casas, número que é difundido amplamente, baseado no relatório final do comandante da IV Expedição. Sem dúvida trata-se de um exagero, artifício utilizado talvez para justificar as dificuldades encontradas no cumprimento da missão.

Todos os livros didáticos pesquisados mostram números que variam de 10 a 30 mil habitantes no arraial de Canudos. Observamos que as informações acerca do contingente populacional são imprecisas e contraditórias.

² Sócio correspondente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, membro do Instituto Geográfico e Histórico militar do Brasil.

Canudos foi usada pelos mais diversos interesses políticos e militares, pois tornava-se necessário transformá-la em um perigo real, para a República poder justificar certas ações. A forma como o Exército é apresentado é uma demonstração clara de imagem forjada na historiografia tradicional e reforçada nos livros didáticos. Contudo, já foi questionado pela nova historiografia que o Exército não era preparado, seus soldados não possuíam formação técnica nem ideológica, passaram sérias dificuldades devido à necessidade de abastecimento onde, a fome e a sede assolavam o acampamento, muitos usavam armas e munições obsoletas, andavam descalços, esfarrapados, sem assistência médica adequada, entre outras.

Por outro lado, Villa (1997, p 189) esclarece que:

De início, como a ração oficial não era suficiente, as tropas foram se alimentando das roças de cana, mandioca e milho, plantadas pelos seguidores de Conselheiro, de raízes de umbuzeiros e outros tubérculos, além da caça. Com o esgotamento destas fontes, começam a tomar dos cavalos as rações de milho, a beber graxa derretida usadas nas balas de canhão e, excepcionalmente, quando encontravam algum animal, retalhavam a carne entre eles, comendo-a crua.

Em outro trecho do seu livro, este mesmo autor mostra as diversas reações dos integrantes do Exército frente às dificuldades, (1997, p. 191):

Pelas estradas próximas de Canudos perambulavam soldados e oficiais feridos com uniformes em frangalhos, seminus, sujos e descalços, “a mendigarem quase de joelhos um pouquinho de alimento, fosse qual fosse, para saciar a fome!”. Soldados desesperados para fugir da guerra chegaram a atirar na palma da própria mão, para poderem retornar a Salvador. A maioria dos praças andava descalça. Recorda Savaget que havia “muitos casos de estropiamento de praças, devido não só aos péssimos caminhos, pedregosos e lamacentos, como também, e principalmente, pela falta de hábito dos nossos soldados às marchas prolongadas, a pés descalços”.

De algum modo, o legado da historiografia tradicional gerou uma vertente bem acolhida nas produções didáticas, e essa tradição perdura até hoje em alguns livros. Quanto ao final do massacre, Walnice Nogueira Galvão (2002, p. 16) comenta:

Como se sabe, após a degola dos prisioneiros válidos e a distribuição das mulheres e crianças que restavam, Canudos, arrasada pelo canhoneio e pelas chamas, se esvaziou. Mas, aos poucos, alguns sobreviventes foram retornando e se reinstalando, mesmo que precariamente.

Diante do exposto nos sentimos estimulados a questionar, porque os autores dos livros didáticos, em geral, não abordam Canudos como um dos mais importantes movimentos camponês pela posse da terra e de resistência à opressão dos latifundiários? Eles deixam de tratar sobre a questão da terra, como um problema nacional, sobretudo da concentração fundiária que continua sendo um dos assuntos mais importantes. Não

relatam sobre o destino das crianças da comunidade, que sobreviveram ao massacre e se tornaram vítimas da exploração, do abuso sexual e da prostituição. Não vemos a questão do drama da seca e da fome que assolavam e ainda hoje assolam milhares de nordestinos, vítimas do descaso dos governantes, da injustiça social e econômica. Logo, muito ainda precisa ser acrescentado para que o conhecimento histórico se torne mais crítico e reflexivo.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos, pois, poder contribuir ainda que modestamente, para um novo olhar sobre o livro didático de História, sobretudo, para uma discussão mais cuidadosa acerca dos movimentos sociais, cujas reivindicações sempre foram tratadas via repressão, pelo poder constituído.

A visão preconceituosa e autoritária em relação às manifestações populares permanece, desde Canudos até hoje, nas elites políticas e econômicas, nas autoridades civis e militares que as representam e em algumas parcelas da sociedade brasileira. A repressão a passeatas dos sem-terra reivindicando a reformas agrárias, ou de professores reivindicando melhores salários, por exemplo, é a resposta dos governos atuais representantes dessas elites à luta de trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho.

Fazer este trabalho representou à primeira vista, um desafio, pois quase tudo já foi dito sobre Canudos. Afinal, há mais de um século, a literatura, os estudos acadêmicos, o cinema e a música comentam, relatam, cantam e teorizam sobre esse movimento da História brasileira. Fizemos apenas uma breve observação, a qual necessita de um estudo mais elaborado.

De qualquer modo, é necessário repensar o ensino de História, bem como a forma como os conteúdos são apresentados, para que se possa despertar no aluno o senso investigador e questionador dos fatos, tendo em vista a construção do conhecimento. Contudo, é diante da situação imposta pelos livros didáticos que surge a necessidade de intervenção do professor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALMEIDA, Antônio F. de. **Memória e Representação – As imagens da Guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros.** R IHGB, jan./mar. 1998.
- BARROS, Luitgard Oliveira Cavalcante. **De Canudos a Bello Monte: Centenário da Utopia.** Rio de Janeiro. Julho. 2005.
- BITTENCOURT, Circe; ALMEIDA, Adriana Mortara. **O saber histórico na sala de aula.** 5. Ed. São Paulo: contexto, 2001. 175 p.
- COSTA, Flávio José Simões. **Antônio Conselheiro, Louco?** Ilhéus: Editus, 1998. 191 p.
- FRANCO, Maria Laura P. B. **O livro Didático de História no Brasil: a visão fabricada.** 2 ed. São Paulo: Globo, 1996. 105 p.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. **Breviário de Antônio Conselheiro.** Salvador: EDUFBA: Odebrecht, 2002. 148 p.
- LEVINE, Robert M. O sertão prometido: **O massacre de Canudos no nordeste brasileiro.** São Paulo: EDUSP. 1995. 395 p.
- PAES, Maria Helena Simões. **Bolando aula de História.** Santos, Gruhbas Projetos Educacionais. Junho/julho, 2007.
- PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. Brasília: MEC, 1997.
- PONCIO, Denise dos Santos. **Canudos: uma construção oligárquica.** In: Cadernos do CEAS. Centro de Estudos de Ação Social. Salvador: L & R Computação Gráfica, 2000. Bimestral.
- SENA, Davis Ribeiro de. **Canudos e o Exército.** Rev. Inst. Geogr. Hist. Bahia, Salvador, v. 95, p. 141-151, 2000.
- SILVA, Rogério Souza. **Antônio Conselheiro; a fronteira entre a civilização e a barbárie.** São Paulo: Annablume, 2001. 306 p.
- VILLA, Marco Antonio. **Canudos: o povo da terra.** 2 ed. São Paulo: Ática, 1997. 278 p.